

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

A QUESTÃO DE GÊNERO NA ESCOLA¹ THE GENDER ISSUE AT SCHOOL

Carolina Attuati², Enio Waldir Da Silva³

¹ Projeto de pesquisa realizado no curso de Direito da Unijuí

² Acadêmica do curso de graduação em Direito da Unijuí. Voluntária no projeto de pesquisa: Direitos Humanos na Escola e na Educação Popular. E-mail: carol-attuati@hotmail.com.

³ Professor Doutor do programa de Mestrado em Direitos Humanos da Unijuí. Coordenador do projeto de pesquisa: Direitos Humanos na Escola e na Educação Popular. E-mail: eniowsil@unijui.edu.br.

Introdução

A desigualdade social entre homens e mulheres é historicamente uma realidade em nossa sociedade. Atualmente, é notório que as mulheres vêm, crescentemente, ocupando lugares tradicionalmente masculinos no âmbito profissional e familiar, contudo, embora tenha havido uma evolução no que se refere à conquista dos direitos pelas mulheres, ainda se nota, na grande parte dos países, que elas não possuem os mesmos direitos que os homens, devendo viver para cuidar dos filhos e do casamento; e naqueles em que possui, não são completamente observados e respeitados.

Por muito tempo, essas desigualdades foram explicadas por suas diferentes características biológicas, de modo a legitimar a inferioridade das mulheres em relação aos homens. Todavia, o que se procura mostrar neste trabalho, é que não se pode dizer que as desigualdades entre homens e mulheres são provenientes de suas diferenças corporais, mas sim das práticas sociais, políticas e culturais predominantes do lugar onde vivemos, que estabelecem um padrão binário de determinação de gênero e que colocaram ao longo de toda a história as mulheres em uma posição de inferioridade, relegadas a atividades secundárias.

Muitas vezes, através de nossas atitudes, reforçamos características e comportamentos considerados adequados cada gênero, dada a naturalidade com que os encaramos. Dessa forma, sendo a escola um espaço de transformação social, vemos ela como uma das instâncias capazes de desmistificar as concepções de que homens e mulheres possuem um conjunto de comportamentos universais, adequados e previamente estabelecidos por seu sexo biológico, e um dos agentes centrais na luta contra a desigualdade de gênero.

Metodologia

Nos baseamos no método Pesquisa Bibliográfica, realizando leituras de artigos e livros no decorrer dos últimos meses, para realizar estas reflexões dedutivas.

Resultados e Discussões

A construção de nossa identidade é um processo constante, influenciado não só por nossas características biológicas, mas, principalmente, pelos discursos, símbolos e representações que percebemos, cotidianamente, em nossas vivências sociais e culturais. Assim, tem-se que as

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

identidades de gênero também estão continuamente se transformando, em constante mudança, não existindo um determinado momento, uma determinada fase da vida, seja a infância, adolescência ou fase adulta, na qual a identidade de gênero seja estabelecida.

Embora cada indivíduo nasça com um sexo definido, o qual pressupõe uma identidade de gênero já pré-determinada, o processo de ser homem e de ser mulher não é algo naturalmente dado, mais sim construído culturalmente. Essa construção se dá a partir do contexto social no qual estamos inseridos, dos comportamentos que são ensinados e reiterados, cotidianamente, pelas instituições sociais que nos cercam. (LOURO, 2008).

Gênero remete, então, “à dinâmica de transformação social, aos significados que vão além dos corpos e do sexo biológico e que subsidiam noções, ideias e valores nas distintas áreas da organização social” (VIANNA; FINCO, 2009, p.269).

A todo momento instâncias como a escola, a família e a mídia, nos dizem o que devemos gostar e não gostar, como devemos agir, o que devemos ou não fazer, tudo baseado em determinados padrões de condutas heteronormativos que são esperados de acordo com nossas características biológicas.

No momento em que se descobre o sexo da criança que está por vir, automaticamente, passamos a nomeá-la como homem ou como mulher. A partir daí, tem início o processo de construção cultural da feminilidade e masculinidade do indivíduo. A sociedade começa a criar uma série de expectativas de comportamentos e gostos em relação àquele indivíduo, interferindo para que o mesmo se encaixe nos padrões de feminino/masculino e mulher/homem considerados como naturais, legitimando, assim, desigualdades de gênero. Isso inclui desde os espaços que a criança irá ocupar, os brinquedos com os quais irá brincar e os filmes que irá assistir, até a pessoa com quem irá se relacionar.

O pensamento hegemônico existente na sociedade coloca o homem e a mulher em lados opostos, perfeitamente definidos no que se refere ao comportamento e modos de ser, não sendo aceito a transgressão para diferentes formas de feminilidade e masculinidade. Aquele que foge desse padrão de conduta esperado, definido como “natural”, é considerado como um sujeito desviante. É difícil para a sociedade aceitar que “as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas” (LOURO, 2008, p. 21), que o padrão binário masculino/feminino não é natural, nem o único existente, que “posição de ambigüidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver” (LOURO, 2008, p. 21).

A fim de legitimar as desigualdades de gênero, muitos recorrem à tese da existência de uma anatomia cerebral diferente entre os sexos, que determina que as mulheres terão menos aptidão para ciências exatas, por exemplo, enquanto os homens terão mais facilidade no desempenho de atividades ligadas a ciência e matemática. Contudo, para Vianna e Finco (2009, p. 269) “a influência dos processos de socialização sobre a cognição, o comportamento e as habilidades motoras de ambos os sexos vem sendo reconhecida por pesquisadores de várias áreas”. Portanto, não se pode mais aceitar a ideia de que as preferências, comportamentos e diferenças entre homens e mulheres são fruto, exclusivamente, de nossa biologia, a fim de justificar as desigualdades entre os dois sexos impregnadas em nossa sociedade.

Dentre as instituições sociais que constroem concepções acerca do gênero, influenciando o desenvolvimento dos indivíduos ao transmitir e ensinar comportamentos padrões, pode-se

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

destacar a escola. A Constituição de 1988 garante às crianças o direito à educação. É na escola que o indivíduo tem o primeiro contato com o mundo fora do âmbito de sua família, com pessoas com características, classes sociais e culturas diferentes. Nela, vai aprender a conviver e se relacionar com os outros e começará a desenvolver sua personalidade e seu protagonismo, bem como seu senso crítico e questionador do mundo.

A escola, como uma instituição social que reúne indivíduos provenientes dos mais diversos lugares e portadores das mais diversas culturas, é “atravessada pelos gêneros” (LOURO, 2003, p. 89). No espaço escolar, desde a educação infantil as crianças aprendem a se comportar como o esperado pela sociedade, a fim de que sejam aceitas pela mesma e tenham um lugar de pertencimento.

Desde cedo os professores ensinam que a bola é o brinquedo para os meninos, enquanto a boneca é o brinquedo para as meninas, que a menina precisa ser comportada e sensível, enquanto ao menino é compreensível que seja agressivo e agitado. No momento que algum deles resolve ultrapassar a fronteira e brincar com a brincadeira da qual não é protagonista, será desestimulado e reprimido. Dessa forma, a criança cresce e desenvolve sua personalidade reproduzindo os parâmetros hegemônicos de comportamento, os quais colocam a mulher em uma posição inferior ao homem. Se é menina, já cresce sabendo que o futuro que a sociedade espera dela é ser mãe; se menino, cresce sob a expectativa de ser um profissional com prestígio social.

Nesse sentido, pode-se dizer que a escola, conjuntamente com outras instituições como a família e a mídia, contribui para reforçar as características e os comportamentos que são considerados próprios de meninos e meninas. Ela não produz desigualdades, mas pode legitimá-las ao reiterar constantemente as normas padrões da sociedade e ao “ensinar” aos alunos como se comportar como verdadeiros meninos e meninas, seja pela fala e atitudes dos professores e demais funcionários; seja pela conteúdos estudados e bibliografia utilizada, tendo em vista que os livros didáticos também são responsáveis pela construção de masculinidades e feminidades ao representarem as mulheres predominantemente com vestimentas de cor rosa e em seu papel doméstico de mãe e esposa, e os homens com a cor azul, em atividades esportivas e no espaço público.

Contudo, ao mesmo tempo em que reproduz os padrões e as desigualdades de gênero, a escola também pode contribuir para mitigá-los. Muito do que é aprendido na escola será levado para a vida e determinará o caráter e os valores do sujeito na vida adulta. Nesse sentido, Carvalho e Guizzo (2016, p. 192) defendem que um dos principais objetivos da escola deve ser “preparar crianças, jovens e adultos para serem sujeitos ativos e críticos, viabilizando a construção de uma sociedade menos desigual, minimizando diferenças como, por exemplo, aquelas relacionadas a gênero e sexualidade”. Neste viés, se torna importante que os currículos escolares abordem, desde a educação infantil, questões de gênero e sexualidade, a fim de desencadear reflexões acerca de nossos conceitos, construções culturais, práticas cotidianas e possibilitar a desconstrução de padrões pré-estabelecidos

Ao longo dos séculos XX e XXI, têm aumentado e ganhado notoriedade as lutas e reivindicações das mulheres por seus direitos e espaços no meio social. Brabo (2017, p. 15) afirma que, no Brasil, “as políticas públicas para mulheres, criadas a partir da década de 1990, foram vistas como avanços para o cumprimento dos direitos humanos das mulheres”. Nesse sentido, Oliveira (2012) cita o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), criado em 2004 na I Conferência

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

Nacional de Políticas para as Mulheres, como um marco histórico na luta pela garantia dos direitos às mulheres, ao propor diretrizes para orientar a atuação do Estado na construção de políticas públicas para a equidade de gênero no país. Diretrizes essas distribuídas em eixos estratégicos: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; e gestão e monitoramento do Plano.

Contudo, não basta a previsão dessas temáticas em orientações normativas, mas sim a aproximação entre a escola, a família e toda a comunidade escolar. Pesquisas demonstram que, muitas vezes, quando a escola tenta iniciar uma abordagem e uma discussão acerca do gênero, da sexualidade e novas formas de relacionamento, a família é veemente contra, com medo de que essas abordagens irão influenciar as crianças e fazê-las, de alguma forma, desenvolver personalidades e comportamento alheios aos padrões socialmente adequados, ameaçando, inclusive, retirar seus filhos das escolas que propõem reflexões acerca desses temas. Por isso se torna imprescindível a existência de um contato próximo entre a escola, os professores e as famílias, para que elas estejam cientes do que a escola está propondo e possam entender a importâncias dessas discussões.

Para Nogueira (2010, p. 14), o processo de aprendizagem deve contribuir para “a reflexão sobre outras formas de organização social e como a escola deve agir no mundo atual para produzir mudanças de paradigmas através da produção de conhecimentos que nos leve a uma vida digna sem desigualdades sociais”. Diante disso, tem-se a importância de tratar e questões de gênero e diversidade na escola, através de reflexões e discussões sobre os papéis e padrões historicamente atribuídos aos homens e mulheres, bem como acerca das desigualdades historicamente sofridas por aqueles que se opõem a tais padrões, de modo a oportunizar uma mudança de atitudes e pensamentos naqueles sujeitos envolvidos no ambiente escolar.

Além disso, percebe-se que os próprios currículos, materiais didáticos e processos de ensino atuam como fomentadores das diferenças de gênero. Portanto, é fundamental um aprimoramento na seleção materiais a serem utilizados em sala de aula, bem como das formas se ensino a serem adotadas na escola, a fim de que os mesmos abordem a temática de gênero de uma maneira desconstituída de estereótipos de masculinidade e feminilidade, bem como que estimulem a difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres. (OLIVEIRA, 2012).

Por fim, tendo em vista a responsabilidade do professor como mediador e educador de promover o aprofundamento de temas alheios ao conteúdo específico de sua disciplina, é fundamental a formação dos professores nos cursos superiores para que tenham uma prática pedagógica imparcial, que proporcione a igualdade, e para que possam promover o estudo e a discussão do gênero paralelamente aos estudos dos conteúdos planejados no currículo. Em um ambiente com tanta diversidade cultural, racial, sexual e de gênero, é imprescindível que os educadores sejam livres de preconceitos e estejam preparados para enfrentar tal diversidade e tornar o ambiente mais igualitário através de suas práticas.

Conclusão

Historicamente, a escola foi um espaço totalmente construído e dominado por homens. A partir do século XIX, o magistério, também no Brasil, passou por um processo de resignificação, tornando-

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

se uma atividade “indicada” para mulheres. Atualmente, percebe-se um predomínio de docentes mulheres nas escolas, sendo um reflexo da crescente ocupação feminina de espaços tradicionalmente masculinos.

Tendo em vista que meninos e meninas desenvolvem seus comportamentos a fim de corresponder às expectativas de masculinidade e de feminilidade criadas na sociedade, compete à escola, um dos lugares no qual o indivíduo passa boa parte de sua vida, ensinar que tanto homens quanto mulheres têm os mesmos direitos e deveres, que estas podem ocupar os mesmos lugares e papéis sociais que aqueles, a fim de contribuir para o fim da desigualdade e preconceitos entre homens e mulheres, bem como dos estereótipos que os colocam em lados opostos na sociedade, com comportamentos consideradas certos e errados para cada gênero.

Portanto, se torna imprescindível que a escola traga para seu currículo as questões de identidade e desigualdade de gênero, abordando a temática de uma maneira livre de preconceito. Não se trata de negar as características biológicas de cada um, mas sim de enfatizar que nossas identidades não se resumem ao binarismo masculino/feminino e não são dadas naturalmente, mas sim construídas e aprendidas através de normas e discursos proferidos por instituições como a família, a mídia e a própria escola.

Palavras-chave: Desigualdade; Educação; Estereótipo; Identidade; Sexualidade.

Keywords: Inequality; Education; Stereotype; Identity; Sexuality.

Referências

- BRABO, Tânia S. A. M., et al. Desafios à educação frente aos “novos” direitos humanos: a construção da categoria de gênero junto aos movimentos feminista e lgbt. *Itinerarius Reflectionis*, Jataí/GO, v. 13, n. 2, ago/2017, p. 01-19. Disponível em: . Acesso em: 27 mai. 2018.
- CARVALHO, Rodrigo Saballa de; GUIZZO, Bianca Salazar. Políticas curriculares de educação infantil: um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*. Salvador, v. 25, n. 45, jan./abr. 2016, p. 191-201.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, Campinas, vol.19, n.2, maio/ago. 2008, p. 17-23. Disponível em: Acesso em: 08 jun. 2018.
- NOGUEIRA, Daniela Macias. Gênero e sexualidade na educação. In: *I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*, 2010. Londrina. Anais... Londrina: 2010, p. 13 - 21. Disponível em: < <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/anais/i-simposio.php>> Acesso em: 27 mai. 2018.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues. Educação inclusiva e não-sexista: as políticas educacionais para a equidade de gênero no Brasil. In: ROSA, Renata de Melo; AVILA, Carlos F. Domínguez. (Org.). *Cidadania, Democracia e Desenvolvimento no Brasil: A construção de uma agenda de pesquisa em políticas públicas*. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2012, v. 2, p. 131-159.
- VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 33, Jul/Dec. 2009, p. 265 - 283. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000200010> Acesso em: 27 mai. 2018.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica